

OLHARES _____CRUZADOS_

ANA PAULA MENDES DE MIRANDA*

“O PORTUGAL QUE É TUDO EM SI”:
EXPERIÊNCIAS DE ESTRANHAMENTO E
COMPREENSÃO DA BRASILIDADE E DA LUSOFONIA

As experiências relacionadas à pesquisa de campo e a vivência em Lisboa possibilitaram perceber diferenças identitárias que indicam a inexistência de uma língua única entre brasileiros e portugueses, suscitando ainda observações acerca das representações recíprocas, marcadas por imagens sobre o que é a brasilidade e a lusofonia. O ensaio também aponta algumas questões sobre os limites e as possibilidades no uso da comparação no trabalho antropológico.

Afirmar que a experiência de pesquisas etnográficas se efetiva a partir de viagens, que, por sua vez, favorecem de forma radical o estranhamento, não é nenhuma novidade, afinal a antropologia se constituiu como ciência a partir de um projeto comparativo¹ das culturas designadas até então como exóticas e primitivas.

Este texto não tem a pretensão de fazer um balanço sobre as teorias antropológicas no que se refere ao uso do método comparativo, mas expressar as primeiras impressões de uma viagem realizada no âmbito de um convênio interinstitucional (Universidade Federal Fluminense – Capes/Universidade Nova de Lisboa – FCT), para o desenvolvimento

* É Professora Adjunta (II) do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Atualmente exerce os cargos de Coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública e Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Antropologia (UFF). É pesquisadora associada do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (Ineac) da Universidade Federal Fluminense.

¹ Em um de seus artigos mais famosos, *The Limitations of the Comparative Method of Anthropology* (1896), Franz Boas questiona os procedimentos de pesquisa que procuravam isolar e classificar as origens da cultura, agrupando as variantes de certos fenômenos etnológicos conforme as condições externas sobre as quais ele se baseava (influência do ambiente geográfico), ou de acordo com as condições internas que influenciam o pensamento (efeito de fatores psicológicos). O estudo comparativo, que procurava explicar os costumes e as ideias similares encontradas em vários lugares, e descobrir as leis e a história da evolução da sociedade humana, levava a muitas generalizações abstratas.

do programa “Modernidade e Justiça: controvérsias, causas públicas e participação política numa perspectiva comparada Portugal/Brasil”. Minha participação estava prevista inicialmente como uma “missão de trabalho” com duração de oito semanas, mas acabou se transformando num “estágio pós-doutoral” no período de novembro de 2011 a março de 2012 para a realização do projeto “Identidades e intolerância religiosa no espaço escolar: demandas por reconhecimento de direitos e suas consequências nas formas de administração de conflitos”, relacionado ao terceiro eixo temático do referido programa, que tinha como objetivo articular questões relacionadas às formas de mobilização dos atores no espaço escolar, como alunos, professores, diretores, coordenadores, dentre outros, para resolver os conflitos que emergem nesse ambiente, de modo a analisar as modalidades e os dispositivos de socialização política em interação no ambiente escolar para compreender as percepções acerca da socialização política que o Estado os autoriza a desenvolver.

O plano de trabalho previa a realização de uma pesquisa etnográfica em escolas públicas de Lisboa (Portugal), visando analisar a administração institucional de conflitos evidenciados neste espaço, a partir das diferentes perspectivas de estudantes e professores, de modo a identificar como às representações e as práticas referentes à intolerância religiosa² se manifestam. Para tanto tinha interesse em observar as variações no que se refere às interpretações que as pessoas manifestam sobre suas ações e a dos outros em conflitos relacionados às manifestações de intolerância religiosa, que decorrem de possíveis formas de expressão de diferenças identitárias, em especial as de natureza étnica.

Tal abordagem foi pensada visando a uma comparação de situações sociais (GLUCKMAN, 1987), em que é possível se analisarem as gramáticas (BOLTANSKI e THEVENOT, 1991) e não comparar espaços geográficos ou identidades nacionais essencializadas. É necessário esclarecer que a comparação é pensada aqui como uma forma de construção consciente, na qual se pode buscar semelhanças e diferenças entre grupos, sociedades ou partes delas entre si. O que diferencia este procedimento atualmente é que os critérios devem ser definidos a partir de elementos sugeridos pelos próprios agentes (GEERTZ, 2004). Assim, a seleção das unidades de observação, que é um processo arbitrário e consciente, torna-se menos vinculada às representações do observador. Em seguida é preciso definir e delimitar as unidades nas quais será feita a observação, ou seja, o lócus/

² A intolerância religiosa é uma designação dada aos conflitos entre grupos religiosos a partir da constituição da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), em março de 2008. A categoria se refere a distintas formas de agressão (física ou moral) que têm em comum demonstrações de falta de respeito às diferenças e às liberdades individuais. (MIRANDA, 2010).

espaço, que não pode ser confundido com o objeto da observação. O objeto está associado à definição de uma questão que pressupõe a ruptura com o senso comum, a partir de cortes empiricamente construídos em oposição aos conceitos afins.

Assim, a comparação supõe um modo de pensar consciente, a partir do qual se prioriza a observação de pontos de confronto acerca de elementos que estão aparentemente óbvios e consensuais num dado contexto, de modo a “reunir o que vulgarmente se separa ou distinguir o que vulgarmente se confunde” (Bourdieu et al., 1975, p. 29 – minha tradução).

Nesse sentido, a análise comparada, a partir de pesquisa etnográfica, visou compreender como se manifestam os conflitos em escolas públicas relacionados às identidades étnico-religiosas, levando em consideração que, embora Portugal seja um país reconhecido como de forte tradição católica, tem experimentado contemporaneamente a presença, a partir dos processos de descolonização, de populações pertencentes a outras religiões, em especial de migrantes muçulmanos provenientes de África, Paquistão e Índia, passando a ter características de uma sociedade multicultural. Em paralelo se observa a manifestação, marcadamente em Lisboa, de um movimento de laicização do espaço público, que questiona o poder da Igreja Católica e sua presença na escola pública, a partir do ensino religioso, como será relatado adiante.

Pretendeu-se construir uma abordagem comparada no que se refere à presença do ensino religioso nas escolas públicas que, segundo o artigo 24 da Lei da Liberdade Religiosa (Lei nº 16, de 22 de junho de 2001),³ é opcional e seu oferecimento depende da existência de um número mínimo de alunos, cujo responsável ou o próprio aluno, caso seja maior de 16 anos, tenham manifestado positivamente “o desejo de frequentar a disciplina”. Esta lei também estabelece que professores a quem incumbe ministrar o ensino religioso não lecionarão cumulativamente aos mesmos alunos outras disciplinas, “salvo situações devidamente reconhecidas de manifesta dificuldade na aplicação do princípio e serão nomeados ou contratados, transferidos e excluídos do exercício da docência da disciplina pelo Estado, de acordo com os representantes das igrejas, comunidades ou organizações representativas”. E determina que é competência das igrejas e demais comunidades religiosas a formação dos professores, a elaboração os programas e a aprovação do material didático, em harmonia com as orientações gerais do sistema do ensino.

³ Disponível no *Diário da República* – <http://www.dre.pt/pdfgratis/2001/06/143A00.pdf>, acesso em 29/8/2011.

No entanto, o que será lido a seguir não corresponde aos resultados do trabalho de pesquisa, mas sim às impressões relacionadas à experiência de viver em outro país e alguns aspectos referentes ao desenvolvimento da pesquisa.

FALANDO A MESMA LÍNGUA?

As conhecidas piadas sobre portugueses no Brasil costumam enfatizar a literalidade das interpretações como um sinal de limitação de compreensão. Além da diferença entre os sotaques, é preciso dizer que é comum pensar que falamos uma mesma língua e que, portanto, a compreensão dispensa tradução.

A chegada a Lisboa evidenciou que, como diz Caetano Veloso, “minha pátria é minha língua”, de fato não estamos falando a mesma. Além das gírias, tão incompreensíveis como as de qualquer gueto, era preciso aprender a ouvir num outro ritmo. O sotaque variava conforme a região de origem – Alentejo, Ribatejo, Algarve etc. – e as ex-colônias provenientes dos Países Africanos de Língua Portuguesa (Palop). Falar ao telefone era uma experiência tão difícil em Lisboa como em qualquer outro país de língua estrangeira, a ausência dos gestos dificulta o entendimento recíproco.

A primeira refeição em Lisboa me fez duvidar fortemente sobre a unicidade da língua. Ao perguntar se um prato poderia ser dividido ao dono do pequeno e familiar restaurante, em frente ao apartamento que aluguei, que também se ocupava de servir as mesas, enquanto sua mulher cuidava do caixa e supervisionava a cozinha, tive como resposta um não que contrastava com a quantidade de comida que observava nas outras mesas. Percebi que havia feito a pergunta de modo errado, então tentei novamente.⁴ Expliquei que não estava com muita fome, mas queria comer um peixe, enquanto meu filho, que me acompanhava, desejava outra coisa. De modo que pedir dois pratos me parecia excessivo. Ele então parou, coisa rara, pois atendia sempre andando de um lado para o outro, e respondeu que deveríamos pedir duas meias doses, que seria suficiente para nós. Eu, desconfiada e achando que aquilo era uma forma de me fazer pagar mais, perguntei se ficaria mais caro, ao que ele retrucou dizendo que não. O preço era a metade, mas a meia dose não correspondia à metade da

⁴ Como esta não foi a primeira vez que estive em Lisboa, já sabia que o hábito carioca de perguntar se tem determinada comida não corresponde ao ato de fazer um pedido. Em outra ocasião passei por isso num restaurante. Perguntei se tinha arroz de pato e pedi a bebida, algum tempo depois perguntei ao garçom por que a comida demorava tanto, ao que ele respondeu que eu não tinha feito pedido algum. Eu retruquei dizendo que havia pedido e ele encerrou a conversa: “A senhora não pediu, a senhora perguntou se tinha. A senhora quer, a senhora peça!” Desde então aprendi que a forma de fazer os pedidos e as perguntas não são os mesmos lá e cá.

comida, sempre vinha com um pouco mais. Quando a comida chegou, entendi o que ele estava dizendo. Compartilhar uma dose seria dividir a comida sem a chance de repetir, enquanto que pedir duas meias doses não significava pagar mais caro, mas sim ter a chance de atender os desejos individuais associado ao prazer de se fartar da comida, que era realmente deliciosa. Começou assim minha iniciação ao aprendizado de uma língua que eu pensava que conhecia, mas que aos poucos fui “percebendo”⁵ que não era a mesma. O “português” e o “brasileiro” se diferenciavam por sutilezas que era preciso estar atento para identificar, como afirma Oliveira (2012); o aspecto comum da língua portuguesa obscurecia as distinções de representação, identidade e significação entre sujeitos que supostamente fariam a mesma língua.

Efetivamente, as línguas faladas não são tão iguais como se pensa, já que falar uma língua equivale a estar inserido nas práticas culturais de uma sociedade. A dificuldade de compreensão não está relacionada às diferenças de sotaque e vocabulário, mas sim ao que Coracini (2009) designa como “experiências além-língua”, em que a crença na unidade linguística é desmistificada a partir da observação das formações identitárias em situações conflituosas de brasileiros vivendo em Portugal. A autora parte da hipótese de que todos “somos/estamos entre-línguas-culturas” (2009, p. 477), ou seja, de que toda língua se constitui a partir de outras línguas, do mesmo modo que todo discurso está relacionado a outros discursos (FOUCAULT, 1996). É isso que torna possível o estranhamento dos sujeitos diante do fato de uma língua supostamente única.

Outra situação que pode demonstrar o quanto a unidade linguística não é um fato foi a polêmica provocada pela implantação do acordo ortográfico. Circulou pela internet uma petição contra o referido acordo com o seguinte texto:

“De fato, este meu ato refere-se à não aceitação deste *pato* com vista a assassinar a Língua Portuguesa.

Por isso ... por não aceitar este *pato* ... também não vou aceitar ir a esse almoço para comer um arroz de pato ...

A esta *ora* está úmido lá fora ... por isso, de fato lá terei hoje de vestir um fato...”⁶ (grifos meus).

⁵ O verbo perceber é usado em Portugal para designar o que no Brasil falamos entender. É interessante observar que o processo de entendimento está associado a uma ideia de racionalidade, enquanto a percepção também pode incluir os sentimentos.

⁶ O fato corresponde ao que se chama no Brasil de terno.

O texto faz um jogo com a escrita à moda brasileira e portuguesa, mas apresenta erros de ortografia – pacto e hora – que alteram o sentido do texto e abrem espaço para a crítica ao acordo, com argumentos de uma pureza da língua portuguesa, que deixa no ar a insinuação de que o português falado e escrito nos outros lugares seria errado.

O que se lia nos jornais sobre o acordo revelava uma visão quase xenófoba de alguns intelectuais, que consideravam que só Portugal teria autoridade para alterar as normas da língua, numa atitude quase desesperada de controlar a criação de sentidos, como se isso fosse possível... A preocupação com o controle dos sentidos também se revelava mesmo quando a recusa em seguir o acordo é baseada em argumentos distintos, aparentemente com base no multiculturalismo, como foi o caso do diretor do Centro Cultural Belém, Vasco Graça Moura, que proibiu o uso do acordo na instituição, baseando-se no fato de que se “cometeu, por omissão, um crime neo-colonialista (*sic*), uma vez que não se criaram regras para a grafia dos vocábulos das línguas africanas que foram ou *venham a ser incorporadas* ao português. Portugal e Brasil puseram e dispuseram a seu bel-prazer e convenceram aos representantes dos outros países a assinar praticamente de cruz” (grifos meus).⁷

“ISSO AQUI NÃO É EUROPA!”, PORQUE O PORTUGAL É TUDO EM SI

As representações sobre o Brasil em Portugal, e vice-versa, são processos complexos que têm sido alvo de diversos estudos. Não tenho a pretensão de dialogar com esta bibliografia aqui, mas apenas indicar o quanto algumas dessas imagens apareciam durante a pesquisa e a estadia em Lisboa.

Tomo como ponto de partida a ideia de que há atualmente em Portugal um processo de reinvenção de sua identidade relacionado à integração ao que se designa como “mundo europeu”. Este processo está vinculado às mudanças em parte pautadas pela integração à União Europeia, que foram muitas vezes consideradas benéficas ao serem pensadas como uma forma de “progresso”, mas também questionadas exatamente porque esta identidade estaria representando uma perda do que seria a identidade portuguesa. Mais de uma vez ouvi a frase: “isso aqui não é Europa!”. Sempre em tom afirmativo, mas se referindo a distintas situações, que tanto poderia significar uma depreciação da realidade local, como representar uma indignação a um tratamento uniforme proposto pelas medidas arbitrariamente impostas na administração da atual crise econômica. Penso que essa ideia pode ser também representada pela pichação, registrada no muro da Universidade Nova de Lisboa (foto 1). Vale

⁷ <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/03/24/vasco-da-graca-moura-explica-polemica-com-novo-acordo-ortografico-437362.asp>, acesso em 25 de março de 2012.

ressaltar que os muros de Lisboa, e também da cidade do Porto, mereceriam um estudo específico acerca das pichações e grafites, que aqui talvez fosse visto como uma “sujeira”. Observo que as pichações lá geralmente estão associadas a algum discurso, na maioria das vezes em paredes próximas ao chão, na altura do olhar dos pedestres, enquanto no Rio o que mais se vê são assinaturas, incompreensíveis pelos transeuntes, que se destacam na paisagem por estar em locais de difícil acesso. Se ambas provocam a atenção do leitor, as mensagens transmitidas são bastante distintas.

A diversidade portuguesa era mencionada sempre para justificar que o país, apesar de pequeno, era muito rico e complexo e que Lisboa cosmopolita não representa a totalidade do país. Os argumentos variavam entre os tipos de vinho, a comida, o conservadorismo do norte, o clima, os comportamentos, mas sempre eram construídos de modo a revelar que em Portugal se poderia ver de tudo, como dizia Fernando Pessoa, “o Portugal que é tudo em si”.⁸



FOTO 1 – PICHÇÃO NO MURO DA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA – ANA PAULA MIRANDA

⁸ Verso do poema Quinto Império, de Fernando Pessoa, que compõe a obra *Mensagem*, originalmente de 1934, único livro publicado pelo poeta. O poema tem como tema central D. Sebastião, O Desejado, rei de Portugal que morreu na batalha de Alcácer-Quibir, mas ficou conhecido pelo mito de que vai aparecer como um “messias” que salvará Portugal. O livro foi criticado por ter sido considerado uma contribuição à ditadura de Salazar, já que a obra tem como foco a retomada do passado heroico mítico de Portugal.

Já as representações sobre o Brasil pós-colonial são marcadas por uma ambivalência, se ainda há uma percepção baseada na lusofonia construída a partir de uma crença numa história compartilhada entre os dois, onde a assimetria da metrópole-colônia é revestida pelas especificidades provocadas pelo fato de que foi o único caso em que a metrópole se transferiu para a colônia. Há também as imagens genéricas, em que a alteridade provocada pelo exotismo, a tropicalidade, o sensualismo e a comensalidade⁹ são tratadas muitas vezes como produtos mercantilizáveis.

O Brasil contemporâneo é retratado a partir das novelas brasileiras, mas é preciso esclarecer que este acesso não se dá exclusivamente às produzidas pela Rede Globo, cuja programação é veiculada em um canal de televisão pago ou a partir da veiculação em alguns horários na televisão aberta portuguesa, mas também a partir da programação da Rede Record, cujo sinal é incluído em vários pacotes da televisão paga, enquanto que para assistir à Rede Globo é preciso pagar um adicional de aproximadamente dez euros, o que é relativamente caro para os padrões locais. São exatamente as novelas que possibilitam que os portugueses “percebam” bem aquilo que os brasileiros falam, eles já se acostumaram a ouvir os sotaques e as gírias, enquanto os brasileiros geralmente demoram mais para compreender o que afinal é “fixe”. Ao ouvir a primeira vez, tive a impressão de que o que se dizia era “isso é muito *fish*”.¹⁰ Mas sabendo da evitação dos estrangeirismos, parecia muito estranho o uso da gíria. Até que meu interlocutor escreveu a palavra e aí a coisa se complicou, porque a leitura remetia à ideia de “fixo”, quando na verdade o sentido era de algo que chamamos no Rio de Janeiro de “legal”. Novamente a confusão estava feita, porque legal era entendido como algo referido às leis, o que não necessariamente é percebido como uma coisa boa. A confusão só foi desfeita quando pensamos na palavra inglesa *cool*. Aí ficou claro para todos o que afinal era fixe. Tal confusão entre fixe e *fish* deve ser bastante comum, já que na cidade do Porto há um restaurante cujo nome é *Fish fixe*.

Em tempos de crise portuguesa e de expansão do turismo internacional brasileiro, provocava estranheza também para os lisboetas a voracidade de consumo dos turistas, ou melhor, das turistas. Mais de uma vez ouvi dos taxistas comentários sobre como as mulheres brasileiras compravam. Bastava entrar no táxi para a conversa começar, mesmo que eu não tivesse

⁹ É importante ressaltar que a culinária é um elemento importante da sociabilidade portuguesa e brasileira, mas que evidencia semelhanças no que se refere à fatura dos pratos e, no caso do Rio de Janeiro e de Lisboa, um ponto de contato no que diz respeito aos convites para refeições numa casa que somente ocorrem em situações nas quais já há uma intimidade ou se trata de eventos especiais. Assim, as tascas, tal como os botecos, são espaços de referência para a sociabilidade da vida cotidiana que resguardam a casa para contextos específicos.

¹⁰ No português falado no Brasil a letra “x” na palavra *fixe* representa o fonema [ks].

carregando nenhuma sacola e que o destino não fosse o “centro comercial”, ao que chamamos de *shopping*. Enquanto os portugueses achavam tudo caro e o dinheiro começava a ficar escasso por conta da crise, não tinha como não se impressionar com a diferença de preços em relação ao Rio de Janeiro; isso se aplicava ao consumo de ocasião, mas principalmente com os gastos de manutenção de uma casa e as compras de supermercado.

Era muito comum que as entrevistas fossem concluídas com os entrevistados me perguntando muito sobre a vida atual no Brasil. A imagem de que o país melhorou aparecia muitas vezes associada ao governo do ex-presidente Lula. Falávamos então sobre um lugar que “deu certo”, um lugar das oportunidades em contraste com o Portugal da crise e do desemprego, um lugar dos bons salários. Cenário que também era associado algumas vezes ao que acontece hoje em Angola.

Certa vez um entrevistado me perguntou diretamente quanto ganhava um professor universitário. Quando falei o valor, ele logo exclamou: “é um excelente salário!”, ao que retruquei que em termos nominais poderia até parecer, já que em Lisboa o salário de um professor universitário estaria em torno de dois mil euros, para profissionais já estabelecidos, mas lembrei que o custo de vida era infinitamente maior e fui dando exemplos do valor do plano de saúde, da escola particular, do custo de vida. Ao fim da conversa, ele declarou: “então essa história de que tudo melhorou não é verdade...”. Tudo isso aconteceu após a declaração do primeiro-ministro, Passos Coelho, que afirmou que, se havia muitos professores desempregados em Portugal, que imigrassem para o Brasil. Não sei se meu interlocutor havia cogitado se mudar para cá, mas poderia ter uma imagem bastante idealizada sobre a vida cotidiana. Talvez estivesse pensando num cotidiano do Leblon de Manoel Carlos ou do subúrbio carioca de Miguel Falabella...

A imagem mais próxima que conheciam do que seria nossa “realidade” era originária dos filmes *Tropa de Elite* e *Tropa de Elite 2*. Nas vezes em que fui participar de debates sobre o tema da segurança no Rio de Janeiro, que não se relacionava com meu projeto atual, mas sim com outras pesquisas que realizei relacionadas à temática das políticas de segurança pública, as perguntas sempre acabavam relacionadas com o filme. De modo geral queriam saber se o que estava retratado era a tal da “realidade”. Ao que sempre respondia que não. É uma obra de ficção, baseada em dados, tal como o filme *Cidade de Deus*, também bastante conhecido por lá. Mas o debate não cessava aí, a pergunta seguinte era “a polícia é tão violenta assim?”, ao que eu costumava responder que “infelizmente a realidade é bem pior”. Penso que isso deve ser mesmo incompreensível para eles, seja porque não há uma criminalidade urbana violenta que se compare a nossa,

seja pela forma pela qual a polícia está organizada e atua. Ao dizer isso, não estou afirmando que não há violência em Lisboa, nem que a polícia seja ideal, mas sim que a dificuldade na comparação entre os dois cenários está subordinada ao modo pelo qual a ideia de cidadania, ou de sua falta no caso brasileiro, está representada no espaço público.

Na única situação em que presenciei o que eles chamaram de “assalto” a uma farmácia no Bairro Alto, onde estava por acaso, e vi a forma como a polícia e o gerente da loja intervieram e como a população reagiu, ficou clara a diferença. Em primeiro lugar, o que vi foi um “furto” flagrado pelo monitoramento por câmeras de vigilância. Nenhum cliente percebeu o fato até que o gerente da loja entrou gritando e a farmacêutica responsável parou de atender um cliente e foi fechar a porta. Disseram que o rapaz, de aparentes vinte anos, já havia feito o furto outras vezes na seção de perfumaria, mas que desta vez tinha sido pego. A farmacêutica ligou para a polícia e qual não foi a minha surpresa e de outras duas brasileiras, gaúchas, quando chegaram nada menos do que quatro viaturas e cerca de dez policiais em poucos minutos, talvez menos de cinco. O aparato se desfez tão rapidamente quanto surgiu, ao perceberem que somente seria necessária uma patrulha para efetuar a prisão. Num momento a dupla de policiais, dos quais uma mulher, seguiu com o gerente para dentro da loja, ao que uma das gaúchas comentou: “vão bater nele”. Eu então fiquei curiosa para assistir ao desfecho e, mesmo já tendo terminado minha compra, continuei a conversar para ficar na loja. Passaram-se cerca de dez minutos e voltaram todos, a surpresa para a gaúcha era que o rapaz não parecia estar machucado, pelo menos nada era visível. Perguntei à pessoa que estava me atendendo o que tinha acontecido e ela explicou que levaram o “ladrão” à sala com a filmagem para que a polícia visse que ele havia furtado os produtos, já que ele já tinha largado tudo ao perceber que tinha sido identificado. Fui saindo para continuar observando o caso do lado de fora. O assaltante estava algemado na viatura e a dupla continuou conversando alguns minutos com o gerente. Nesse momento passou um casal de turistas brasileiros, que, ao ver a movimentação, resolveu fotografar a cena, ao que foram duramente repreendidos pelos policiais, que ficaram muito irritados. Entraram na viatura e foram embora, eu segui meu destino em direção ao “metro”¹¹ pensando como seria uma cena dessas no Rio de Janeiro. Deixo ao leitor a liberdade de imaginar também.

¹¹ Em Lisboa é falado com o *e* aberto e sem acento circunflexo no *a*.

REFERÊNCIAS

- BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo da antropologia” (1896). CASTRO, Celso (org.) *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 25-39.
- BOLTANSKI, Luc e THEVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBORENDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *El oficio de sociólogo*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1975.
- CORACINI, Maria José. Língua e efeito de estranhamento: modos de (vi) ver o outro. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 475-498, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Global, 1987.
- MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in) criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, 2009-2, 2010, p. 125-152.
- OLIVEIRA, Hélvio Frank de. Narrativas de uma portuguesa vivendo no Brasil: algumas considerações sobre suas experiências interculturais. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 12, n. 1, p. 73-91, 2012.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

